

Projeções para a evolução do PIB em 2020 e 2021

A projeção central para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2020 foi revisada de -6,4%, no Relatório de Inflação de junho, para -5,0% (Tabela 1), incorporando os resultados das Contas Nacionais para o segundo trimestre do ano e o conjunto de indicadores disponíveis para o trimestre em curso.

Apesar do forte recuo da atividade no segundo trimestre, o conjunto de indicadores disponíveis mostra que a retomada da atividade econômica após a fase mais aguda da pandemia, ainda que parcial, está ocorrendo mais rapidamente do que antecipado, contribuindo para a elevação da estimativa de crescimento anual. Todavia, a heterogeneidade da recuperação entre os segmentos da atividade econômica continua sendo uma característica marcante. A nova projeção considera crescimento acentuado no terceiro trimestre, influenciado pelas medidas governamentais de combate aos impactos econômicos da pandemia e pelo retorno gradual a patamares de consumo vigentes antes do período de isolamento social. Para o último trimestre do ano, a partir de quando vigora incerteza acima da usual sobre o ritmo da recuperação, espera-se arrefecimento da taxa de crescimento, associado, em parte, à diminuição esperada de transferências de recursos extraordinários às famílias.

No âmbito da oferta, o crescimento esperado da agropecuária ficou praticamente igual ao apresentado no último Relatório de Inflação (1,3%, ante 1,2%), com ligeira melhora na previsão para a agricultura, em face do aumento nas previsões mais recentes do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), compensada por expectativa de resultado menos favorável para a pecuária.

A previsão para a evolução da atividade industrial no ano foi revisada de -8,5% para -4,7%, com elevação nas projeções em todos os segmentos. A projeção para o crescimento da indústria extrativa foi alterada em virtude de impactos iniciais da pandemia da Covid-19 sobre a demanda por petróleo e minério de ferro menos intensos do que os previstos anteriormente. A rápida recuperação de indicadores da indústria de transformação e da construção civil após recuo agudo no início do período de distanciamento social motivou as revisões no desempenho desses segmentos.

Apesar da semelhança das previsões para o setor de serviços (de -5,3% no Relatório de Inflação anterior para -5,2%), houve alterações relevantes nas estimativas para os componentes. Destacam-se a melhora na previsão para o comércio, setor bastante relacionado à atividade industrial e ao consumo de bens pelas famílias e, em sentido oposto, os recuos esperados para outros serviços e, em especial, para administração, saúde e educação públicas. O segmento de outros serviços engloba atividades que continuam bastante afetadas pelo distanciamento social, como alojamento, alimentação fora de casa e atividades artísticas, enquanto o setor de administração, saúde e educação públicas foi impactado pela redução na prestação de serviços de saúde¹ e, principalmente, pelo fechamento de creches e interrupção parcial do ensino em escolas e universidades públicas.

Com relação aos componentes domésticos da demanda agregada, a estimativa para a variação do consumo das famílias passou de -7,4% para -4,6%, em decorrência da recuperação acentuada de indicadores do comércio varejista, atenuada por restabelecimento mais lento do consumo de serviços. A previsão para a formação bruta de capital fixo (FBCF) foi revista de -13,8% para -6,6%, refletindo desempenho melhor do que o esperado na construção civil e na produção de bens de capital. Em sentido contrário, espera-se pior desempenho no consumo do governo (-4,2%, ante 0,2%), em decorrência das reduções mencionadas em serviços de educação e saúde públicas.

1/ Serviços de saúde ficaram mais focados no combate à Covid-19, com redução de outros serviços, como consultas, exames e procedimentos cirúrgicos.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto
Acumulado no ano

Discriminação	2019	Variação %	
		2020 ^{1/}	
		Anterior	Atual
Agropecuária	1,3	1,2	1,3
Indústria	0,5	-8,5	-4,7
Extrativa mineral	-1,1	0,0	2,7
Transformação	0,1	-12,8	-7,7
Construção civil	1,6	-6,7	-4,5
Prod./dist. de eletricidade, gás e água	1,9	-3,8	-1,3
Serviços	1,3	-5,3	-5,2
Comércio	1,8	-10,8	-4,0
Transporte, armazenagem e correio	0,2	-13,4	-7,1
Serviços de informação	4,1	-4,0	-1,7
Intern. financeira e serviços relacionados	1,0	0,7	2,3
Outros serviços	1,3	-9,4	-13,5
Atividades imobiliárias e aluguel	2,3	-1,2	1,4
Adm., saúde e educação públicas	0,0	0,1	-4,7
Valor adicionado a preços básicos	1,1	-5,6	-4,8
Impostos sobre produtos	1,5	-10,9	-6,5
PIB a preços de mercado	1,1	-6,4	-5,0
Consumo das famílias	1,8	-7,4	-4,6
Consumo do governo	-0,4	0,2	-4,2
Formação bruta de capital fixo	2,2	-13,8	-6,6
Exportação	-2,5	-8,1	-1,8
Importação	1,1	-11,1	-11,1

Fonte: IBGE

1/ Estimativa.

As exportações e as importações de bens e serviços, em 2020, devem variar, na ordem, -1,8% e -11,1%, ante projeções respectivas de -8,1% e -11,1% apresentadas no Relatório de Inflação anterior. A melhora esperada no desempenho das exportações resulta sobretudo do bom desempenho das vendas de produtos básicos. Já a manutenção da estimativa para as importações, a despeito da melhora nas previsões para indústria de transformação, consumo das famílias e formação bruta de capital fixo, reflete resultados ocorridos mais negativos do que os esperados, incluindo os dados parciais observados do início do terceiro trimestre. Tendo em vista as novas estimativas para os componentes da demanda agregada, as contribuições da demanda interna e do setor externo para a evolução do PIB em 2020 são estimadas em -6,4 p.p. e 1,4 p.p., respectivamente.

Projeção do PIB para 2021

Para o PIB de 2021, ainda com incerteza acima da usual, projeta-se crescimento de 3,9%. Essa perspectiva está condicionada ao cenário de continuidade das reformas e de manutenção do atual regime fiscal, assegurando o equilíbrio de longo prazo das contas públicas, e pressupõe arrefecimento da pandemia, com gradativa elevação da mobilidade e volta progressiva aos padrões de consumo vigentes antes do período de distanciamento social.

Pelo lado da oferta, as atividades da agropecuária, da indústria e de serviços devem avançar 3,4%, 4,5% e 3,7%, na ordem. A projeção para a agropecuária repercute prognósticos favoráveis para a safra 2020/2021 e recuperação da produção de carne, em especial de bovinos. Para o setor secundário, projeta-se recuperação disseminada, com a produção voltando ao longo do ano aos patamares do período pré-pandemia, em linha com a gradual recuperação do mercado de trabalho e aumento das demandas interna e externa. Para o setor de serviços, as atividades mais severamente impactadas pelo distanciamento social – como comércio; transporte, armazenagem e correio; outros serviços; e administração, saúde e educação públicas – devem ter as maiores altas devido, em parte, às bases de comparação deprimidas de 2020.

No âmbito dos componentes da demanda interna, as taxas de crescimento esperadas para consumo das famílias, consumo do governo e FBCF são 5,1%, 3,8% e 3,9%, respectivamente. Apesar da redução das transferências governamentais esperada para 2021, o consumo das famílias deve ser favorecido pelas expectativas de: i) recuperação progressiva do mercado de trabalho; ii) aumento da mobilidade; iii) maior acesso a serviços com oferta limitada durante a pandemia; e iv) volta da taxa de poupança das famílias para níveis pré-crise². O consumo do governo deve crescer em 2021 devido ao gradual retorno dos serviços de

2/ A taxa de poupança das famílias é a fração da renda disponível bruta das famílias não destinada ao consumo de bens e serviços. Os últimos dados disponíveis dessa variável, presentes no Sistema de Contas Nacionais Anuais do IBGE, referem-se ao ano de 2017. A evolução do consumo das famílias, de medidas da massa de rendimento do trabalho ou ampliada e os montantes referentes aos programas emergenciais de transferência de renda do governo sugerem que a taxa de poupança das famílias deve se elevar consideravelmente em 2020.

saúde e educação públicas à normalidade, enquanto a FBCF deve apresentar crescimento em linha com a expectativa de recuperação da indústria de transformação e da construção civil.

Tabela 2 – Produto Interno Bruto

Acumulado no ano

Discriminação	Variação %		
	2019	2020 ^{1/}	2021 ^{1/}
Agropecuária	1,3	1,3	3,4
Indústria	0,5	-4,7	4,5
Serviços	1,3	-5,2	3,7
Valor adicionado a preços básicos	1,1	-4,8	3,9
Impostos sobre produtos	1,5	-6,5	4,2
PIB a preços de mercado	1,1	-5,0	3,9
Consumo das famílias	1,8	-4,6	5,1
Consumo do governo	-0,4	-4,2	3,8
Formação Bruta de Capital Fixo	2,2	-6,6	3,9
Exportação	-2,5	-1,8	4,9
Importação	1,1	-11,1	0,2

Fonte: IBGE

1/ Estimativa.

Exportações e importações de bens e serviços devem crescer 4,9% e 0,2%, na ordem. O desempenho das exportações, em linha com a melhora da demanda global, deve ser influenciado pelas vendas das indústrias de transformação e extrativa. Já a modesta recuperação das importações, em cenário de elevação da atividade econômica, é explicada principalmente por dois fatores, além da taxa de câmbio real mais elevada do que a vigente no período pré-pandemia. O primeiro é a expectativa de menor importação de equipamentos para a indústria de óleo e gás, em grande parte no âmbito do Repetro³, cujo pico deve ocorrer em 2020. O segundo é que a retomada das importações em 2020 se inicia mais tardiamente que a dos componentes da demanda doméstica, produzindo carregamento estatístico menor para o ano seguinte. As contribuições respectivas das demandas interna e externa estão estimadas em 3,3% e 0,6%.

3/ Regime Aduaneiro Especial para Bens destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural (Repetro). A Lei nº 13.586/2017 instituiu alterações no tratamento tributário dispendido aos investimentos no setor de óleo e gás, o que tem produzido impactos nas transferências de propriedade de bens entre empresas não residentes e residentes. A esse respeito ver, por exemplo, nota divulgada pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia, disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/component/content/article?id=3423>.